



R.A. 203.451/2022

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA -SPE S.A.

Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
Com relatório do auditor independente

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações financeiras

Administradores e Acionistas da
Transmissora de Energia Campinas Itatiba – SPE S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Transmissora de Energia Campinas Itatiba – SPE S.A. (Companhia), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro 2021 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;



Auditores e
Consultores

- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2022.

LCC AUDITORES INDEPENDENTES
CRC N° 2SP029650/O-4

Marcello Lopes dos Santos
CRC N° 1SP188429/O-2

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA – SPE S.A.

**Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
(Expresso em milhares de reais)**

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	797	27
Contas a receber	5	2.132	-
Impostos a recuperar	6	-	4
Despesas antecipadas	7	28	121
Adiantamento a fornecedores		14	-
Ativo contratual da concessão	9	7.412	6.503
		10.383	6.655
Ativo não circulante			
Despesas antecipadas	7	-	28
Cauções e depósitos judiciais	8	4.920	5.179
Ativo contratual da concessão	9	173.564	158.779
		178.484	163.986
Total do ativo		188.867	170.641
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	10	1.036	7.610
Debêntures	11	5.262	3.901
Obrigações tributárias	12	251	1.424
		6.549	12.935
Não circulante			
Debêntures	11	81.325	77.121
Partes relacionadas	13	27.321	1.933
Provisões para litígios	14	7.762	7.501
Impostos e contribuições diferidos	15	12.366	11.035
		128.774	97.590
Patrimônio líquido			
Capital social		20.923	20.923
Reserva legal		1.683	1.683
Reserva de lucros a realizar		30.938	37.510
		53.544	60.116
Total do passivo e patrimônio líquido		188.867	170.641

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA – SPE S.A.**Demonstrações de Resultado em 31 de dezembro
(Expresso em milhares de reais)**

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita operacional líquida	17	18.139	61.801
Custo dos serviços de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção	18	(18.607)	(43.650)
Lucro bruto		(468)	18.151
(Despesas)/receitas operacionais Gerais e administrativas	18	(835)	(392)
		(835)	(392)
Resultado operacional		(1.303)	17.759
Resultado financeiro, líquido	19		
Receitas Financeiras		13	684
Despesas financeiras		(4.582)	(977)
		(4.569)	(293)
Lucro antes do IRPJ e CSLL		(5.872)	17.466
IRPJ e CSLL corrente		(5)	(199)
IRPJ e CSLL diferido		(695)	(1.951)
		(700)	(2.150)
Lucro (Prejuízo) do exercício		(6.572)	15.316

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA – SPE S.A.

**Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro
(Expresso em milhares de reais)**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	<u>(6.572)</u>	<u>15.316</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	<u>(6.572)</u>	<u>15.316</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA – SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Expressos em milhares de reais)

	Capital social	Adiantament o para futuro aumento de capital	Reservas de lucro		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros a realizar		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	20.923	-	917	22.960	-	44.800
Lucro do exercício	-	-	-	-	15.316	15.316
Destinação do lucro do exercício						
Constituição da reserva legal	-	-	766	-	(766)	-
Reserva de lucro a realizar	-	-	-	14.550	(14.550)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	20.923	-	1.683	37.510	-	60.116
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(6.572)	(6.572)
Destinação do lucro acumulado						
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucro a realizar	-	-	-	(6.572)	6.572	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	20.923	-	1.683	30.938	-	53.544

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA – SPE S.A.

**Demonstrações dos fluxos de caixa
(Expressos em milhares de reais)**

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício	(6.572)	15.316
Encargos de debêntures	3.012	-
Atualização do ativo contratual	(17.163)	(12.680)
Margem de construção do ativo contratual	17.135	(7.811)
PIS e COFINS diferido	922	2.341
IRPJ e CSLL diferido	754	1.951
	(1.912)	(883)
(Aumento)/diminuição nos ativos		
Contas a receber	(2.132)	-
Impostos a recuperar	4	1
Despesas antecipadas	121	121
Adiantamento a fornecedores	(13)	-
Cauções e depósitos judiciais	259	(81)
	(1.761)	42
Aumento/(diminuição) nos passivos		
Fornecedores	(6.574)	(2.382)
Partes relacionadas	25.388	1.933
Debêntures	12.639	-
Obrigações tributárias	(1.173)	1.100
Impostos e contribuições diferidos	(346)	-
Provisões para litígios	261	(268)
	30.195	383
	26.522	(458)
Aumento/(diminuição) de capital		
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Ativo contratual da concessão	(15.666)	(43.650)
Caixa líquido (aplicado) em atividades de investimentos	(15.666)	(43.650)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento (redução) de capital	-	-
Emissão de debêntures	-	19.401
Pagamentos de juros de debêntures	(10.086)	-
Caixa líquido gerado em atividades de financiamento	(10.086)	19.401
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	770	(24.707)
Caixa e equivalentes no início do exercício	27	24.734
Caixa e equivalentes no fim do exercício	797	27
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	770	(24.707)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Transmissora de Energia Campinas-Itatiba SPE S.A. “Campitiba” é uma sociedade empresária anônima de capital fechado, cujo objeto social único e exclusivo é a prestação de serviços públicos de transmissão de Energia Elétrica, incluindo a Construção, Operação e Manutenção das Instalações de Transmissão do Sistema Interligado Nacional. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia encontra-se em fase operacional, tem prazo de duração determinado, perdurando, desta forma, até a consecução de seu objeto social e pelo prazo necessário para o cumprimento integral das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão Administrativa, celebrado com a União por intermédio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

Efeitos COVID-19

Desde o início da crise decorrente da pandemia do COVID-19, a Companhia vem adotando série de medidas com vistas a preservação de seus colaboradores, bem como minimizar quaisquer impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras. Dentre as ações aplicadas estão:

Na parte Corporativa:

- Criação de Comitê de Crise com a presença dos Diretores e Gerentes;
- Criação do Comitê de Gestão de Fornecedores, para garantir a continuidade da operação e andamento das obras;
- Comunicação frequente e atualizada para os colaboradores e seus parentes sobre o novo Coronavírus;
- Adoção de home office (exceto para operação e manutenção – plano contingencial)
- Cancelamento de viagens (exceto projetos em construção e atividades operacionais) e substituição por videoconferências;
- Cancelamento de participação em eventos;

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na parte financeira:

- Todas as captações para financiar a construção da linha de transmissão foram realizadas antes do início da crise;
- o Considerando o contexto atual dos mercados de capitais mundiais, em especial, o mercado de capitais brasileiro, concluímos as captações durante o exercício, com o objetivo de concluir a construção, reforçar a posição de caixa da Companhia e amortizar das dívidas que vencem no curto e médio prazo.

Na parte dos projetos em construções:

- Recebimento de notificações de empresas terceirizadas relatando dificuldades em manter ritmo de trabalho nas obras;
- Utilização dos Decretos Federais 10.282/20 e 10.292/20 – vedam a restrição de circulação de trabalhadores que possa afetar serviços públicos essenciais para realização das obras.

1.1. Da concessão

A Companhia possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	14/2016
Prazo (anos)	30 anos
Vencimento	2046
Revisão tarifa periódica – (prazo)	5 anos
Revisão tarifa periódica – (próxima)	2026
Índice de correção	IPCA
Receita anual permitida (RAP)	
R\$ mil	22.235
Mês base	07/2021

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 14/2016 - ANEEL, datado de 27 de junho de 2016, celebrado com a União, por intermédio da ANEEL- Agência Nacional de Energia Elétrica decorrente do Edital do Leilão N° 13/2015 ANEEL, processo N°48500.003580/2015-77 e de seus eventuais aditamentos e/ou prorrogações, outorgou à Companhia, a concessão dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na instalação de transmissão no estado de São Paulo, composta pelo segundo circuito da Linha de Transmissão Campinas-Itatiba, de 500 kV, circuito simples, com origem na Subestação Campinas e término na Subestação Itatiba, com 25,1 KM de extensão, composto por conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, em cumprimento ao Contrato de Concessão de Concessão.

A Campitiba disponibilizou suas instalações de transmissão para início das operações em 07 de novembro de 2021. E a partir da entrada em operação passou a ter direito a RAP, o seu primeiro recebimento da RAP foi a partir de dezembro de 2021.

1.2 Licenças ambientais (Informações não auditadas)

O órgão responsável pelas licenças ambientais da Companhia é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, por meio de seu escritório regional de Uberlândia no Estado de Minas Gerais.

Conforme cronograma do contrato de concessão, a Companhia apresenta os seguintes prazos para a obtenção das licenças ambientais requeridas para a construção e operação do empreendimento:

- Licença Prévia (LP): até 26 de julho de 2023. Obtida em 27 de julho de 2018;
- Licença de Instalação (LI): até 14 de maio de 2025. Obtida em 15 de maio de 2019;
- Licença de Operação (LO): até 30 de maio de 2031. Obtida em 31 de maio de 2021.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.3 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A transmissão de energia elétrica pela Companhia é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão.

De acordo com o contrato de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das informações contábeis e base de elaboração das informações contábeis

As informações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram autorizadas pela Diretoria em 21/03/2022.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações, e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia segue também as orientações descritas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e as normas definidas pela ANEEL-Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Administração entende que todas as informações relevantes estão evidenciadas nas demonstrações financeiras, e correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

2.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras são mensuradas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), moeda funcional da Companhia. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das informações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e de constituição de ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas anualmente.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.2. Ativos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Concessionária atua como prestador de serviço. A Concessionária implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) e é remunerada por essa disponibilidade durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere à Concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A concessionária tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão e deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

Ativo de Concessão – contratual - O ativo contratual origina-se da obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. À medida que a Sociedade opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo contratual, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado de fluxo de caixa futuro e é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos e podem gerar o direito de indenização do Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão. Este fluxo de recebimentos é atualizado pela taxa ou índice que remunera o ativo, estabelecida no início de cada projeto.

3.3. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Sociedade não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao valor provável de recuperação dos ativos.

3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.5. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.6. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Sociedade possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.7. Provisões para litígios

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis intermediárias, devido às imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Sociedade revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

3.8. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.9. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

A Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido, conforme permitido pela legislação tributária, que consiste em um método para se obter o lucro tributável. No Brasil o lucro tributável por esse método é obtido aplicando o percentual de presunção de 8%, para o imposto de renda, e de 12%, para a contribuição social, sobre a receita bruta acrescida de 100% das receitas financeiras. Adicionalmente as controladas optantes por esse regime de tributação registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferida são reconhecidas com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

3.10. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigidos, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos.

3.11. Ajuste de valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das informações contábeis a Sociedade não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.12. Receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Receita de transmissão de Energia Elétrica (receita de atualização do ativo contratual e de construção)

• Receita de infraestrutura

No período pré-operacional, a receita é referente aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas.

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita Anual Permitida prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

• Remuneração dos ativos de concessão

São registradas as receitas de remuneração dos ativos da concessão referente aos juros reconhecidos com base na taxa de retorno sobre o montante a receber da receita de infraestrutura. A taxa ou índice busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

• Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção. A receita consiste na remuneração pela Operação e Manutenção visando a não interrupção da disponibilidade das instalações.

3.13. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023, sendo:

Descrição	Período de adoção
Alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Referência à Estrutura Conceitual;	1º de janeiro de 2022
Alterações à IAS 16 (CPC 27) - Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido;	1º de janeiro de 2022
Alterações à IAS 37 (CPC 25) - Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato;	1º de janeiro de 2022
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020 Alterações à IFRS 1 (CPC 27 (R1), CPC 43 (R1)) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, e	1º de janeiro de 2022
IAS 41 (CPC 29) - Agricultura.	1º de janeiro de 2022
IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2022
IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros;	1º de janeiro de 2023
Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes;	1 de janeiro de 2023.
Alterações a IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis;	1 de janeiro de 2023.
Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis.	1 de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única	1 de janeiro de 2023

Novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais não possuem data de vigência definida:

- IFRS 10 (CPC 36(R3)) e IAS 28 (CPC 18(R2)) (alterações) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture;

As Novas normas, alterações e interpretações às normas existentes que ainda não são efetivas, não foram adotadas antecipadamente pela Companhia, decorrente da Companhia não esperar impactos ou impactos significativos no período de adoção inicial desta forma, não estão sendo efetuadas divulgações antecipadas e adicionais.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Bancos conta movimento	500	1
Aplicações financeiras	<u>297</u>	<u>26</u>
	<u>797</u>	<u>27</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em dezembro de 2021, as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, foram prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estavam sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a aplicações automáticas.

5. Contas a receber

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Concessionárias e permissionárias	<u>2.132</u>	<u>-</u>
	<u>2.132</u>	<u>-</u>

6. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto de renda retido na fonte	<u>-</u>	<u>4</u>
	<u>-</u>	<u>4</u>

Essa conta destina-se a registrar o IRRF (Imposto de renda retido na fonte) nas operações previstas na legislação e que será recuperado mediante compensação com o imposto de renda quando da apresentação da Declaração de Rendimentos ou de outra forma.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Despesas pagas antecipadamente

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Despesas antecipadas	28	149
	<u>28</u>	<u>149</u>
Circulante	28	121
Não circulante	-	28

Destina-se a registrar as despesas pagas antecipadamente como seguro garantia, contra Incêndio e IPTU. A Companhia mantém a cobertura de seguro garantia, levando em conta o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades, decorrente do Leilão para garantia de fiel cumprimento.

8. Cauções e depósitos judiciais

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Depósitos judiciais - desapropriações	4.920	5.179
	<u>4.920</u>	<u>5.179</u>

Os depósitos efetuados pela Companhia, representam o valor depositado no decorrer de um processo, antes da decisão final. Seu objetivo é garantir que, caso a condenação realmente ocorra, a sentença seja cumprida. Estes depósitos estão vinculados aos processos em andamento, registrados da conta de Provisão de contingências em servidões.

9. Ativo contratual da concessão

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão da Companhia é, ou será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do ativo contratual da concessão em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldos iniciais	165.282	101.141
Adições (custo de construção)	18.607	43.650
Adições (Operação e manutenção)	356	-
Juros e atualização financeira	17.163	12.679
Margem de construção	(17.135)	7.812
Recebimento (Receita Anual Permitida – RAP)	(3.297)	-
Saldos finais	<u>180.976</u>	<u>165.282</u>
WACC	0,82% a.m.	0,82% a.m.
Margem de construção	15,10%	21,04%
Circulante	7.412	6.503
Não Circulante	173.564	158.779
	<u>180.976</u>	<u>165.282</u>

O cálculo do ativo da concessão foi feito com base em análises que envolviam o julgamento no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação do contrato de concessão, das práticas adotadas em Normas Internacionais-IFRS, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura como ativo contratual. Para compor esse cenário, abaixo descrevemos as premissas adotadas:

- Taxa ou índice de atualização do Ativo Contratual baseado no WACC conforme valores mencionados no Contrato de Concessão e informações referente ao Custo do Capital calculados no BID do Investimento, estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, e é utilizada para remunerar o ativo contratual durante o período de construção.
- Margem de construção calculada com base em projeções financeiras referente aos custos de Capex, Opex e RAP; após a entrada em operação comercial, a taxa ou índice será revisado de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção e com base também na RAP e no custo de operação e manutenção.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.1 Receita Anual Permitida (RAP) – Indisponibilidade da Rede

A Companhia recebeu penalidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) por atraso na entrada em operação (Indisponibilidade da Rede) no valor total de R\$ 2.358. A penalidade será descontada da RAP em 18 parcelas fixas. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo da penalidade é de R\$ 2.227. A Companhia entrou com recurso contra a decisão do órgão e probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos externos da Companhia.

10. Fornecedores

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Materiais e serviços	1.036	7.610
	<u>1.036</u>	<u>7.610</u>

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável. Na rubrica de fornecedores, substancialmente, é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da Linha de Transmissão.

11. Debêntures

	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo inicial	3.901	3.038	77.121	58.583
Emissão de Debêntures	-	-	-	10.823
Amortização de juros das debêntures	(10.086)	-	-	-
Juros sobre debêntures	3.855	322	7.820	6.120
Variação monetária sobre debêntures	387	-	3.511	2.058
Custos	-	-	-	-
Apropriação de custos	-	-	78	78
Transferência entre curto e longo prazo	7.205	541	(7.205)	(541)
	<u>5.262</u>	<u>3.901</u>	<u>81.325</u>	<u>77.121</u>

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As Partes, (1) TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS-ITATIBA SPE S.A., (2) VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, (3) F3C EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A e (4) ARCANJO GONZALEZ, celebraram, em 18 de setembro de 2019, o “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Transmissora de Energia Campinas-Itatiba SPE S.A.”, o qual foi devidamente registrado na JUCESP sob o nº ED003101-0/000, em 04 de outubro de 2019 (“Escritura de Emissão”);

(i) a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em duas séries (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente) foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 18 de setembro de 2019 (“AGE Emissora”), cuja ata foi devidamente registrada na JUCESP sob o nº 531.115/19-7, em 04 de outubro de 2019, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP) e no jornal “Gazeta de São Paulo”, nos termos do artigo 62, inciso I, e do artigo 289, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações;

(ii) em 04 de outubro de 2019 foi realizada a Assembleia Geral de Debenturistas, a ser registrada JUCESP, por meio do qual foram aprovadas as matérias objeto deste Primeiro Aditamento (“AGD”);

RESOLVEM as Partes, por meio da escritura e na melhor forma de direito, firmar o Primeiro Aditamento, para emissão de debêntures.

1. Número da Emissão

A presente Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) sendo R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais) referentes às Debêntures da 1ª Série (conforme abaixo definido) e R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) referentes às Debêntures da 2ª Série (conforme abaixo definido), observada a possibilidade de distribuição parcial das Debêntures, nos termos da Cláusula 3.7.8 abaixo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

A Emissão será composta de 90.000 (noventa mil) Debêntures, sendo 70.000 (setenta mil) debêntures da 1ª série (“**Debêntures da 1ª Série**”) e 20.000 (vinte mil) debêntures da 2ª série (“**Debêntures da 2ª Série**”, em conjunto com as Debêntures da 1ª Série, “**Debêntures**”), observada a possibilidade de distribuição parcial das Debêntures, nos termos da Cláusula 3.7.8 abaixo.

A Emissão será realizada em 2 (duas) séries.

Sem prejuízo ao disposto na Cláusula 3.6 abaixo, as Debêntures serão emitidas na forma do artigo 2º, parágrafo 1º e 1º-B da Lei 12.431 e do Decreto 8.874, observadas as disposições presentes e respeitando os limites permitidos nas Portarias do MME, da ANEEL e demais órgãos regulatórios competentes.

iii) Liberação financeira da 1º emissão e da 2º emissão

1º Emissão

O valor de R\$ 70.000 (Setenta milhões de reais) referente a 1º emissão foi liberado nas seguintes datas:

Data	Valor
03/10/2019	30.000
04/12/2019	30.000
16/06/2020	10.000
	<u>70.000</u>

2º Emissão

A liberação da 2º série está condicionada ao início das operações de transmissão. Até a data do encerramento do exercício a 2º série não foi liberada.

12. Obrigações tributárias

	31/12/2021	31/12/2020
Retenções federais de fornecedores	26	744
ISS a recolher	12	532
PIS e COFINS a recolher	123	-
IRPJ e CSLL a recolher	90	148
	<u>251</u>	<u>1.424</u>

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas

	31/12/2021	31/12/2020
F3C Investimentos S.A.	27.321	1.933
	27.321	1.933

Refere-se a contrato de mútuo realizado entre as partes.

14. Provisões para litígios

A Companhia é parte em ações judiciais e processos perante tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões ligadas a servidões.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais em curso, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as obrigações legais e as perdas prováveis estimadas. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as provisões para litígios e contingências em servidões está apresentado, conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões para contingências em servidões	7.762	7.501
	7.762	7.501

14.1 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos fiscais cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	31/12/2021	31/12/2020
Processo tributário - IRPJ e CSLL (a)	263	-
	263	-

(a) Processo nº 5025565-25.2019.4.03.6100 – A Companhia realiza o cálculo de sua apuração do IRPJ/CSLL, considerando os percentuais de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) e não pela presunção de 32%.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Tributos diferidos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Pis diferido (a)	1.205	1.075
Cofins diferido (a)	5.561	4.959
Imposto de renda – IRPJ diferido (b)	3.598	3.216
Contribuição social – CSLL diferido (b)	2.002	1.785
	<u>12.366</u>	<u>11.035</u>

(a) Os saldos de PIS e COFINS diferidos são relativos às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apurados sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, através da RAP – Receita Anual Permitida.

(b) Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1)) e adoção do CPC 47, bem como da Instrução Normativa 1753/17 reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação a medida do efetivo recebimento, através da RAP – Receita Anual Permitida.

A Companhia adotou o regime de lucro presumido. E para registro do imposto de renda e contribuição social diferidos, a Companhia adotou as alíquotas de presunção, tendo em vista que estas mesmas alíquotas serão base para tributação dos lucros futuros.

16. Patrimônio líquido

16.4. Capital social:

Em 31 de dezembro de 2021, o capital subscrito e integralizado está representado por 20.923.230 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2021</u>		
	<u>Quantidade e de ações</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>% do capital social</u>
F3C Investimentos S.A.	20.922	20.922	99,995%
Arcanjo Gonzalez	1	1	0,005%
	<u>20.923</u>	<u>20.923</u>	<u>100,00%</u>

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA – SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações contábeis****Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020****(Expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****16.2. Reserva de lucros a realizar**

Com base na Lei 6.404/76 a reserva de lucros a realizar deve ser apenas utilizada para absorver prejuízos e pagar dividendos.

17. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita Bruta		
Receita de construção	1.828	51.472
Receita de atualização do ativo contratual	17.163	12.670
	18.991	64.142
(-) Deduções		
Pis sobre receita – diferido	(152)	(417)
Cofins sobre receita – diferido	(700)	(1.924)
	(852)	(2.341)
	18.139	61.801

18. Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2021</u>			<u>31/12/2020</u>		
	<u>Custo</u>	<u>Despesa</u>	<u>Total</u>	<u>Custo</u>	<u>Despesa</u>	<u>Total</u>
Custo de construção	(18.607)	-	(18.607)	(43.650)	-	(43.650)
Pessoal	-	(1)	(1)	-	(11)	(11)
Material	-	(1)	(1)	-	-	-
Serviços de terceiros	-	(806)	(806)	-	(379)	(379)
Seguros	-	(24)	(24)	-	-	-
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	(1)	(1)
Tributos	-	(2)	(2)	-	(1)	(1)
	(18.607)	(834)	(19.441)	(43.650)	(392)	(44.042)

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado financeiro, líquido

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas Financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	-	87
Variações monetárias	7	564
Outras receitas financeiras	5	33
	<u>12</u>	<u>684</u>
Despesas Financeiras		
Juros sobre debêntures	(2.822)	-
Variações monetárias s/ debêntures	(190)	-
Atualização monetária sobre contingências	(1.526)	(732)
Outras despesas financeiras	(44)	(245)
	<u>(4.582)</u>	<u>(977)</u>
	<u>(4.570)</u>	<u>(293)</u>

20. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros.

Os riscos econômicos e financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, taxas de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizadas pela Companhia.

A Companhia possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que essa prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom e pleno andamento dos negócios.

Compete a Administração revisar e estabelecer políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais estão resumidos abaixo.

Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Administração são:

- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco de taxas de juros;
- Risco de crédito; e
- Risco operacional.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme tabelas abaixo:

Ativos:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e equivalentes de caixa	797	27
Ativo contratual	180.976	165.282
	<u>181.773</u>	<u>165.309</u>

Passivo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fornecedores	1.036	7.610
Debêntures	86.587	81.022
Partes relacionadas	27.321	1.933
	<u>114.944</u>	<u>86.664</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não houve nenhuma reclassificação entre as categorias, valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e passivos pelo custo amortizado, apresentadas nas tabelas acima.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de estagnação econômica, perdas decorrentes do efeito da oscilação dos valores de mercado de instrumentos financeiros, oscilação das taxas de juros e preços dos produtos.

A Companhia adota uma política conservadora baseada na administração de suas posições ativas e passivas, focando a liquidez e a mitigação de risco.

Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e depósitos em bancos e/ou instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de liquidez

É o risco em que a Companhia possa, eventualmente, encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A Administração da Companhia busca uma gestão prudente do risco trabalhando para manter caixa compatível com as necessidades de desembolso, alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados, em consonância com o plano de negócios da Companhia.

Risco de taxas de juros

Decorre de a possibilidade da Companhia incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Visando à mitigação desse risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em longo prazo, com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas lastreados, de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores não incorram em nenhum impacto significativo:

Ativo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplicações financeiras	<u>297</u>	<u>26</u>
	<u>297</u>	<u>26</u>

Passivo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Debêntures	<u>81.325</u>	<u>77.121</u>
	<u>81.325</u>	<u>77.121</u>

Sensibilidade a taxas de juros

As operações da Companhia são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas por CDI, sendo assim, a Administração, de uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Companhia.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Expresso em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

21. Cobertura de seguros

A Companhia mantém a cobertura de seguro Garantia e de Incêndio, levando em conta o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Não está incluído no escopo dos trabalhos de auditoria, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros a qual foi determinada e avaliada quanto a sua adequação pela Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021 as apólices com período vigente para esta Companhia são:

	DESCRIÇÃO DA GARANTIA
Seguradora:	Tokio Marine Seguradora S.A.
Apólice:	nº 061902016820707750006599
Tipo:	Seguro Garantia
Valor segurado*:	R\$ 8.083.600,00
Valor do prêmio*:	R\$ 697.625,75
Período de vigência:	23/06/2016 a 24/03/2022

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

22. Eventos Subsequentes

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram outros fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.